

RECURSO ESPECIAL Nº 1.825.714 - RS (2019/0199835-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : JOAO CELSO RODRIGUES
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **JOAO CELSO RODRIGUES**, com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado:

"APELAÇÃO CRIME. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E COM NUMERAÇÃO RASPADA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO LAUDO PERICIAL. NÃO VERIFICADA. TESE DE INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA AFASTADA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. CONDENAÇÃO MANTIDA. IRRETOCÁVEL O APENAMENTO FIXADO PELO MAGISTRADO SINGULAR. AFASTAMENTO DA MULTA. IMPOSSIBILIDADE. SANÇÃO CUMULATIVAMENTE PREVISTA À CARCERÁRIA. APELO DEFENSIVO IMPROVIDO." (e-STJ, fl. 306).

A defesa aponta negativa de vigência ao art. 59 do Código Penal.

Alega, em suma, que as circunstâncias do delito relatadas no acórdão impugnado não podem ser consideradas idôneas, aptas para agravar a pena do recorrente, visto que se tratam de circunstâncias comuns ao delito.

Afirma, também, que não houve apresentação de qualquer argumento idôneo que justifique o afastamento da pena-base do mínimo legal, em decorrência da culpabilidade.

Requer o provimento do recurso especial para que "seja reformado o acórdão recorrido a fim de se readequar a pena do recorrente" (e-STJ, fl. 326).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fl. 332-335).

Admitido o recurso (e-STJ, fls. 337-343), subiram os autos a este Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento e parcial provimento do recurso especial, bem como requereu a extração de guia para a execução provisória da pena (e-STJ, fls. 356-359).

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal merece parcial acolhimento

Consoante se verifica dos autos, o réu foi condenado como incurso nas sanções do artigo 16, parágrafo único, IV, da Lei nº 10.826/03, às penas de 03 anos e 02 meses de reclusão, no regime aberto, substituída por restritiva de direitos, e de 15 dias-multa,

por fato ocorrido em 12.04.2013.

Quanto à dosimetria da pena, o Tribunal *a quo* manteve a sentença de primeiro grau de jurisdição, a qual exasperou a pena-base do acusado, com alicerce nos seguintes fundamentos:

"Atendendo o comando do art. 68 do CP, bem como os vetores do art. 59 do mesmo Diploma Legal, verifico que o réu não registra antecedentes (fls. 182-3). Inexistem elementos para diagnosticar sua conduta social. Quanto à sua personalidade, não há dados que indiquem possíveis transtornos sociopsicológicos. Os motivos não restaram suficientemente esclarecidos. As circunstâncias do crime merece relevo, pois utilizou o armamento para ameaçar sua companheira. As consequências do crime não foram graves. A vítima é o estado.

Dessa forma, conforme seja necessário e suficiente para a prevenção e reprovação do crime, a culpabilidade deve ser mensurada um pouco além do mínimo legal.

Assim, fixo a pena-base em 3 anos e 2 meses de reclusão.

Ausentes circunstâncias atenuantes e agravantes, transformo a pena-base em pena provisória que fixo na quantia de 3 anos e 2 meses de reclusão.

Inexistindo circunstâncias majorantes e minorantes, transformo a pena provisória em pena definitiva que estabeleço em 3 anos e 2 meses de reclusão." (e-STJ, fls. 242-243).

Inicialmente, quanto às circunstâncias do crime, verifica-se que as instâncias ordinárias utilizaram fundamento idôneo para exasperar a sanção básica, uma vez que a arma foi utilizada para ameaçar a sua companheira. Trata-se, portanto, de elemento concreto, apto para majorar a pena-base.

De outro lado, no que toca à culpabilidade, verifica-se que, de fato, nada de concreto foi apresentado em relação à mencionada vetorial, razão pela qual deve ser decotada.

Passo, assim, ao cálculo da pena.

Como se vê, a reprimenda básica foi fixada 2 (dois) meses acima do patamar mínimo legal, em razão da existência de 2 (duas) circunstâncias judiciais desfavoráveis.

Tendo em vista que uma delas foi decotada, fica a pena-base estabelecida em 3 (três) anos e 1 (um) mês de reclusão.

Ausentes atenuantes ou agravantes, bem como causas de aumento ou diminuição, fica a pena definitiva estabelecida em 3 (três) anos e 1 (um) mês de reclusão, além de 13 (treze) dias-multa, no valor de um trigésimo do salário-mínimo vigente ao tempo do fato para cada unidade de dias fixados.

Ficam mantidos os demais termos da sentença e do acórdão, no que tange à substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.

Por fim, no que tange ao requerimento do *Parquet*, acerca da execução provisória da pena restritiva de direitos, a 3ª Seção do STJ, aplacando divergência que existia entre a 5ª e a 6ª Turmas acerca da matéria, pacificou o tema no âmbito desta Corte, decidindo que não se procede à execução provisória de penas restritivas de direitos (ERESP

Superior Tribunal de Justiça

1.619.087/SC, Rel. p/ o acórdão o Ministro JORGE MUSSI, julgado em 14.6.2017, DJe de 24.8.2017).

Ante o exposto, nos termos do artigo 255, § 4º, III, do Regimento Interno do STJ, dou parcial provimento ao recurso especial tão somente para excluir a análise desfavorável da culpabilidade do apenado e, em consequência, reduzir a pena-base para 3 anos e 1 mês de reclusão, mantidos os demais termos do acórdão recorrido, nos termos da fundamentação. Indefiro o pedido do Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator